



EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL
Setor Comercial Sul, Quadra 09, Bloco B, Salas 701/705, Edifício Parque Cidade Corporate, Brasília/DF, CEP 70308-200
Telefone: 61 37732700 - <https://enbpar.gov.br>

TERMO ADITIVO

Processo nº 48110.000400/2026-41

Unidade Gestora: GPRO

TERMO ADITIVO **PC-013/2026** AO
CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE
ENERGIA - CCVE Nº **CT-
PROINFA/BIOMASSA-026/2004**, QUE
ENTRE SI FAZEM A **EMPRESA BRASILEIRA
DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA
NUCLEAR E BINACIONAL S.A. – ENBPar**, E
SÃO LUIZ TERMOELÉTRICA S.A.

EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL S.A., doravante referida simplesmente **ENBPar**, empresa pública constituída pela Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, com sede em Brasília/DF, no Centro Empresarial Parque Cidade Corporate, Setor Comercial Sul – SCS, Quadra 09, Torre B, Salas 701, 702, 704 e 705, Asa Sul, CEP 70.308-200, inscrita no CNPJ sob o nº 43.913.162/0001-23, neste ato representada, na forma de seu Estatuto Social, por seus representantes legais ao final assinados; e **SÃO LUIZ TERMOELÉTRICA S.A.**, doravante denominado simplesmente **PRODUTOR**, empresa de geração de energia elétrica, com sede na Fazenda São Luiz, s/n, Setor 1 Sala C, Zona Rural, Pirassununga - SP, no Município de Tapejara, inscrito no CNPJ sob o nº 40.077.641/0001-69, neste ato representado, na forma de seu Estatuto Social, por seus representantes legais ao final assinados.

CONSIDERANDO QUE:

- O CCVE nº 004/2004, foi firmado em 30/06/2004, teve os seguintes Termos Aditivos: **Aditivo nº PR-001/2005, em 25 de novembro de 2005; Aditivo nº PG-002/2006, em 15 de maio de 2006; Aditivo nº PR2-003/2007, em 27 de fevereiro de 2007; Aditivo nº PV-004/2008, em 29 de dezembro de 2008; Aditivo nº PV2-005/2009, em 27 de fevereiro de 2009; Aditivo nº PV3-006/2009, em 29 de maio de 2009; PR3-007/2009, em 26 de junho de 2009; Aditivo nº TT-008/2010, em 30 de agosto de 2010; Aditivo nº TT-009/2010, em 20 de dezembro de 2010; Aditivo nº ER-010/2012, em 28 de fevereiro de 2012, pelo Aditivo nº ER-011/2014, em 31 de outubro de 2014.**

- Em 09/10/2024, a ENBPar, a CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS (AXIA Energia), e o PRODUTOR firmaram o TERMO ADITIVO CTC-012/2024 estabelecendo a cessão e transferência dos direitos e obrigações relativos à gestão do CONTRATO CT-PROINFA/BIOMASSA-026/2004.

- A prorrogação do prazo de suprimento do Contrato de Compra e Venda de Energia identificado na epígrafe, em conformidade com o Art. 23 da Lei nº 14.182/2021 e o Art. 3º do Decreto nº 10.798, de 2021,

com redação dada pelo Decreto nº 12.834, de 2026.

- A assinatura do Termo Aditivo de prorrogação deverá ocorrer até 31 de março de 2026 e a não assinatura do termo aditivo até a data estabelecida implicará na vedação de a ENBPar formalizar a prorrogação.
- A formalização desta prorrogação considera a manifestação de concordância protocolada pelo PRODUTOR em 07/10/2021.
- O modelo do presente TERMO ADITIVO foi aprovado pela Resolução de Diretoria Executiva da ENBPar Nº 35/2026 de 25 de fevereiro de 2026.

As PARTES resolvem de comum acordo firmar o presente aditivo, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA 1ª – O ITEM 2 DO A CLÁUSULA 2ª DO CONTRATO PASSA A SER ACRESCIDO DAS SEGUINTE ALÍNEAS:

- j) solicitação do PRODUTOR de prorrogação da vigência, por prazo inferior a 20 (vinte) anos, quando for o caso; e
- k) manifestação expressa do PRODUTOR, quanto à manutenção ou redução do montante da energia contratada (art. 3º, §1º, VII, do Decreto nº 10.798, de 2021).

2. CLÁUSULA 2ª – A CLÁUSULA 3ª DO CONTRATO PASSA A VIGORAR COM O ACRÉSCIMO DO SEGUINTE PARÁGRAFO ÚNICO:CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

PARÁGRAFO ÚNICO: O prazo constante do *caput* desta Cláusula fica acrescido do período de prorrogação, nos termos da CLÁUSULA 5ª.

3. CLÁUSULA 3ª – A CLÁUSULA 5ª DO CONTRATO PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

CLÁUSULA 5ª – O CONTRATO, cuja vigência se encerra em 30/07/2030, será prorrogada pelo prazo de **20 (vinte) anos**, contados a partir daquela data de encerramento, nos termos do art. 3º, § 1º, inciso I, de Decreto 10.798, de 2021.

4. CLÁUSULA 4ª – AS CLÁUSULAS 10 E 11 DO CONTRATO PASSAM A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

CLÁUSULA 10 – O preço unitário da ENERGIA CONTRATADA é de R\$ 417,36/MWh, considerando-se o preço correspondente ao preço-teto do Leilão de Energia Nova – LEN A-6, de 18 de outubro de 2019, para empreendimentos sem outorga, corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA a partir de outubro de 2019, mês de realização do referido leilão, até a assinatura do Termo Aditivo PC-013/2026 de acordo com os art. 3º, § 1º, inciso II e o art. 4º, ambos do Decreto nº 10.798, de 2021.

CLÁUSULA 11 – Para efeitos legais, o valor do CONTRATO é de R\$ 604.535.853,60 (seiscentos e quatro milhões quinhentos e trinta e cinco mil oitocentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos), estimado levando-se em consideração a ENERGIA CONTRATADA definida na CLÁUSULA 8ª, o preço da ENERGIA expresso na CLÁUSULA 10 e o prazo prorrogado definido nas CLÁUSULAS 3ª e 5ª.

5. CLÁUSULA 5ª – A CLÁUSULA 12 DO CONTRATO PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

CLÁUSULA 12 - O novo valor, adotado a partir da assinatura do Termo Aditivo PC-013/2026, de acordo com a CLÁUSULA 10, será reajustado, com periodicidade anual, adotando-se o IPCA como índice., observada a seguinte fórmula:

$$P_1 = P_0 \left(\frac{IPCA_1}{IPCA_0} \right)$$

Onde:

P_0 = Preço unitário da energia da ENERGIA CONTRATADA em vigor na data de assinatura deste TERMO ADITIVO ou o preço referente ao último reajuste;

$IPCA_0$ = Índice referente ao mês anterior ao da data de assinatura deste TERMO ADITIVO ou ao mês anterior ao do último reajuste, utilizado de forma compatível e correspondente ao valor do P_0 adotado;

P_1 = preço unitário da ENERGIA CONTRATADA reajustado (R\$/MWh);

$IPCA_1$ = índice referente ao mês anterior ao mês do reajuste.

6. CLÁUSULA 6ª – DO MONTANTE DE ENERGIA

De acordo com a manifestação expressa do Produtor, o Montante repactuado é de 58.086 MWh/ano.

7. CLÁUSULA 7ª – DA NATUREZA JURÍDICA

Dada a natureza jurídica da CONTRATANTE, elegem as Partes o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal para dirimir as questões oriundas do CONTRATO e seus aditivos.

8. CLÁUSULA 8ª – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições anteriormente pactuadas no CONTRATO permanecem inalteradas, sendo que este TERMO ADITIVO constitui, desde já, parte integrante do citado CONTRATO para todos os fins de direito, desde que não colidam com o presente instrumento.

E, por estarem ajustadas e acordadas, as Partes assinam o presente Contrato de forma digital, produzindo seus efeitos a contar do primeiro dia do mês subsequente ao da última assinatura aposta por representante legal.

Data: 31 de março de 2026.

(assinado eletronicamente)

ANTONIO CARLOS PREVITE
Diretor - São Luiz Termoelétrica S.A.

(assinado eletronicamente)

SERGINO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO
Diretor - São Luiz Termoelétrica S.A.

(assinado eletronicamente)

WANDERMILSON DE JESUS GARCEZ DE AZEVEDO

Diretor de Comercialização de Energia - ENBPar

(assinado eletronicamente)

MARLOS COSTA DE ANDRADE

Diretor Presidente - ENBPar

Referência: Processo nº 48110.000400/2026-41

SEI nº 0064783